A NECESSIDADE DE REGULATAMENTAÇÃO DE COMPETÊNCIAS TECNOLÓGICAS PARA O CURSO DE GRADUAÇÃO DE DIREITO

Autor(res)

Osmar Pedrochi Junior
Luciano Myszkovski

Categoria do Trabalho

Pós-Graduação

Instituição

UNOPAR / ANHANGUERA - CATUAÍ

Resumo

Falar de competência, essencialmente é também falar do indivíduo, suas capacidades e habilidades para realizar e desenvolver determinada ação, ou também de forma organizacional, quando inserido em uma atividade profissional, se faz necessário a observação do termo competência para o mundo do trabalho. Nesse sentido, quais as competências ou habilidades à serem adaptadas ao mundo do trabalho (exigências) que o acadêmico de Direito necessita para desenvolver de forma satisfatória seu exercício profissional? É indispensável um olhar mais atento para as competências tecnológicas, visto que incorporá-las na formação dos acadêmicos de Direito, além de trazer uma inovação ao processo de ensino e aprendizagem, traz uma melhoria na própria profissionalização de tais formandos, visto que, trará reflexos no próprio mercado de trabalho, tanto no âmbito da empregabilidade, quando no mundo do trabalho propriamente dito. Isso tem sua pertinência obviamente quando na formação acadêmica o professor faz uma abordagem de competências muitas vezes não elencadas no rol dos materiais, por meio da avaliação formativa.